



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

CONCURSO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

Primeira Fase

Segunda Etapa

Instruções

- Verifique se este caderno contém **50** questões e se, junto, lhe está sendo entregue a **folha de respostas** com o **canhoto de identificação**. Esta deve estar íntegra e sem quaisquer dobras ou marcas. Caso o caderno não esteja completo ou se a folha de respostas apresentar qualquer defeito, dirija-se ao fiscal da sala. A **folha de respostas** não será substituída se rasurada pelo candidato. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- **Não** faça qualquer sinal que possa identificar a folha de respostas.
- Preencha o **canhoto de identificação** com **caneta**, apondo, nos campos próprios, seu **nome completo** em **letra de forma**, seu **número de inscrição** e o número de seu **documento de identidade**.
- **Não** destaque o canhoto de identificação da folha de respostas.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões, escolha a resposta correta (**A, B, C, D** ou **E**) e assinale-a na **folha de respostas**, preenchendo integralmente o espaço correspondente. Procure responder a todas as questões.
- Iniciada a prova, os candidatos não poderão mais fazer perguntas. Qualquer reclamação a respeito das instruções ou do conteúdo das questões somente será possível posteriormente à realização da prova, pela via adequada.
- Durante a prova, é vedado qualquer tipo de consulta.
- O tempo de duração da prova é de **4 horas**.
- Este caderno ficará em seu poder. A folha de respostas, com o respectivo canhoto, deverá ser entregue ao fiscal da sala.

21 de janeiro de 2007

51. Sobre trabalho temporário, é **incorreto** afirmar que

- (A) o contrato entre a empresa de trabalho temporário e a tomadora ou cliente deve sempre conter o motivo justificador da demanda de trabalho temporário.
- (B) o contrato entre a empresa de trabalho temporário e a tomadora ou cliente deve ser obrigatoriamente por escrito, sendo admissível o contrato tácito apenas entre a primeira e o trabalhador temporário.
- (C) é nula a cláusula contratual que impedir a contratação do trabalhador pela empresa tomadora ou cliente no final do prazo do contrato de trabalho temporário.
- (D) no caso de falência da empresa de trabalho temporário, a tomadora ou cliente é solidariamente responsável pelas contribuições previdenciárias do trabalhador temporário pertinentes ao período em que foi beneficiária dos seus serviços.
- (E) o contrato entre a empresa de trabalho temporário e a tomadora ou cliente não pode exceder de 3 meses, com relação ao mesmo empregado, salvo autorização do Ministério do Trabalho.

52. Maria da Silva foi contratada pela empresa HDC Serviços de Limpeza Ltda. para a função de servente, mediante contrato de experiência, com prazo de 60 dias. Findo o período pactuado, o contrato de trabalho se extinguiu. Quatro meses depois, Maria firmou novo contrato de experiência com a mesma empresa, com prazo de 30 dias, para a função de auxiliar de serviços, o qual foi rescindido no termo final. Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) ambos os contratos são válidos como contratos por prazo determinado, pois a soma dos períodos não excede os 90 dias previstos no art. 445, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho.
- (B) ambos os contratos são válidos como contratos de experiência, pois as funções contratadas têm diversa denominação.
- (C) o segundo contrato de experiência poderia ter o prazo prorrogado uma vez, por ser distinto do primeiro.
- (D) o primeiro contrato é por prazo determinado, e o segundo, por prazo indeterminado.
- (E) ambos os contratos passam a ser por prazo indeterminado diante do cômputo dos períodos descontínuos de trabalho prestado ao mesmo empregador.

53. João da Silva foi admitido como auxiliar administrativo, em Fundação Pública estadual, mediante aprovação prévia em concurso público de provas. A empregadora tem quadro de pessoal organizado em carreira, com promoções alternadas por antiguidade e merecimento, aprovado por ato administrativo da autoridade competente, mas não homologado pelo Ministério do Trabalho. Após 2 anos de exercício das atribuições do cargo em que foi admitido, João passou a desempenhar as atividades previstas para o cargo de técnico administrativo, o qual exige curso superior e é melhor remunerado. Considerando a legislação e a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar que

- (A) não há óbice legal à equiparação salarial de João a outro colega exercente do cargo de técnico administrativo, porque o quadro de carreira da Fundação não foi homologado pelo Ministério do Trabalho.
- (B) diante da prevalência do princípio da primazia da realidade da prestação de trabalho, não há óbice legal ao reenquadramento de João no quadro de carreira da Fundação como técnico administrativo.
- (C) João tem direito às diferenças salariais decorrentes do desvio de função do cargo de auxiliar administrativo para o de técnico administrativo enquanto a situação perdurar.
- (D) obtido o diploma do curso superior exigido no quadro de carreira da Fundação, João pode ser automaticamente reenquadrado no cargo de técnico administrativo.
- (E) apesar de trabalhar em desvio de função, João não tem direito às diferenças salariais, porque não prestou o concurso público exigido para o cargo de técnico administrativo.

54. Considere as assertivas abaixo.

- I - A personalidade é elemento essencial do contrato de trabalho por obra certa e do contrato de empreitada.
- II - O empregado está sujeito às cláusulas contratuais, mas não está subordinado às ordens do contratante.
- III - O empregado corre os riscos de sua prestação de serviços perante o dono da obra, ao contrário do empregado admitido por obra certa.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

55. Luísa trabalha em um restaurante e, além do salário fixo mensal, recebe comissão de 3% sobre o valor bruto das notas fiscais referentes aos atendimentos que realizar e gorjetas espontâneas dadas pelos clientes. O empregador lhe fornece também roupas e sapatos para serem usados no atendimento, transporte para ida e retorno do trabalho e assistência médica mediante seguro-saúde. Nesse contexto, é **incorreto** afirmar que

- (A) as gorjetas não integram a remuneração, porque não são cobradas compulsoriamente do cliente.
- (B) as comissões recebidas, ainda que tenham valor variável mês a mês, integram o salário para todos os fins.
- (C) o vestuário e os acessórios não são considerados salário, pois fornecidos para a prestação do serviço.
- (D) o transporte destinado ao deslocamento de ida e retorno do trabalho não caracteriza salário-utilidade.
- (E) a assistência médica mediante seguro-saúde não tem natureza salarial.

56. São específicos do Direito do Trabalho os princípios

- (A) da dignidade da pessoa humana, da proteção e da condição mais benéfica.
- (B) da valorização do trabalho, da função social do contrato e da primazia da realidade.
- (C) da proteção, da boa-fé e da continuidade da relação de emprego.
- (D) da norma mais favorável, da irrenunciabilidade e da intangibilidade salarial.
- (E) da condição mais benéfica, da justiça contratual e da igualdade.

57. Considere as assertivas abaixo sobre horas *in itinere*.

- I - O tempo de percurso de ida e volta do trabalho em local de difícil acesso somente caracteriza horas *in itinere* se a condução fornecida pelo empregador ao empregado for gratuita.
- II - A ausência de transporte público ou a incompatibilidade de horários do transporte público existente com os horários de início e término da jornada de trabalho caracterizam o local de trabalho como de difícil acesso para fins do direito a horas *in itinere*.
- III - A insuficiência de transporte público para o percurso de ida e volta do trabalho enseja o direito a horas *in itinere* se o empregador fornecer a condução ao empregado.

Quais são corretas segundo a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

58. Sobre as garantias individuais do salário, é **incorreto** afirmar que

- (A) o salário do empregado individualmente considerado é irredutível.
- (B) o salário pode sofrer alterações quanto à forma de pagamento desde que sejam consensuais e benéficas ao empregado.
- (C) a impenhorabilidade dos salários é absoluta e não comporta exceção.
- (D) as normas atinentes ao dia, horário, local e prova do pagamento são medidas de proteção do salário.
- (E) o desconto de dano causado pelo empregado só é lícito se houver dolo ou se esta possibilidade tiver sido previamente ajustada.

59. Conforme jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, são descontos salariais lícitos, se forem autorizados por escrito pelo empregado, mediante livre manifestação de vontade,

- (A) adiantamentos salariais, imposto de renda e empréstimos.
- (B) mensalidade de associação de funcionários, contribuições previdenciárias e contribuição sindical.
- (C) planos de assistência médica, aluguel de casa e pensão alimentícia.
- (D) quotas de cooperativa, faltas injustificadas ao trabalho e participação no vale-transporte.
- (E) plano de previdência privada, associação de funcionários e seguro de vida.

60. Considere as assertivas abaixo.

- I - A flexibilização heterônoma dos direitos trabalhistas é aquela imposta pelo Estado por meio de lei, e a flexibilização autônoma é a introduzida por norma coletiva.
- II - O banco de horas e o trabalho em regime de tempo parcial são medidas de flexibilização da jornada de trabalho.
- III - O fundamento teórico da flexibilização assenta-se nos postulados da escola econômica neoliberal, dentre eles o da não-intervenção do Estado nas relações individuais de trabalho.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

61. Considere as assertivas abaixo a respeito da não-eventualidade da prestação de trabalho.

- I - O conceito relaciona-se com a habitualidade e a duração da prestação de serviços.
- II - Caracteriza-se pela necessidade permanente do trabalho ao empreendimento econômico.
- III - O trabalho prestado de forma intermitente caracteriza-se como eventual.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

62. Assinale a assertiva correta com relação aos pressupostos da relação de emprego.

- (A) É pressuposto da relação de emprego a dependência econômica do trabalhador em relação ao empregador.
- (B) A pluralidade de tomadores é insita ao trabalho autônomo, e a exclusividade na prestação de serviços é pressuposto do vínculo subordinado.
- (C) A onerosidade é pressuposto da relação de emprego, de modo que a ausência de pagamento de salários exclui necessariamente a ocorrência de contrato de trabalho.
- (D) A caracterização do vínculo de emprego pressupõe o cumprimento de horário de trabalho determinado pelo empregador.
- (E) A subordinação consiste em um poder-dever jurídico, do qual decorre a possibilidade de atuação do empregador na esfera jurídica do empregado.

63. Assinale a assertiva **incorreta** relativamente ao empregador.

- (A) Empregador é quem admite, assalaria e dirige a prestação de serviços, sendo dispensável que também ostente a condição de proprietário das máquinas e dos equipamentos utilizados na prestação de trabalho.
- (B) As empresas integrantes do mesmo grupo econômico são solidariamente responsáveis pelos créditos trabalhistas dos empregados de qualquer uma delas.
- (C) Havendo sucessão de empregadores, os direitos adquiridos pelos empregados não serão afetados, de modo que o sucedido responde pelos contratos de trabalho em curso quando da venda do estabelecimento até o termo final dos mesmos.
- (D) Equiparam-se ao empregador, exclusivamente para os efeitos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos.
- (E) Para os efeitos da relação de emprego, empregador é quem assume integralmente os riscos do empreendimento econômico, os quais não podem ser repassados ao empregado.

64. Considere as assertivas abaixo a respeito dos princípios que informam o Direito do Trabalho.

- I - O princípio da proteção consiste em mecanismo jurídico que busca preservar a igualdade substancial entre as partes da relação de emprego.
- II - O princípio da boa-fé objetiva tem aplicação apenas aos contratos de natureza civil, uma vez que os deveres das partes no contrato de trabalho estão estabelecidos na Consolidação das Leis do Trabalho.
- III - Do princípio da continuidade da relação de emprego decorre a presunção de que a denúncia do contrato de trabalho foi promovida pelo empregador e não pelo empregado.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

65. Assinale a assertiva **incorreta** acerca dos contratos de trabalho por prazo determinado segundo a Consolidação das Leis do Trabalho.

- (A) A existência de cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes do termo final dispensa o pagamento de indenização.
- (B) O contrato de trabalho por prazo determinado não pode exceder a 2 anos.
- (C) O contrato de trabalho por prazo determinado permite apenas uma prorrogação.
- (D) A lei permite a contratação por prazo determinado em atividade empresarial de caráter transitório.
- (E) A indenização devida pelo empregador, em caso de despedida sem justa causa antes do termo final, é equivalente à metade da remuneração a que o empregado faria jus até o final do contrato.

66. Assinale a assertiva correta com relação ao contrato de emprego doméstico.

- (A) O conceito de trabalho doméstico leva em conta a natureza da atividade desenvolvida pelo trabalhador.
- (B) Define-se pelo fato de o trabalho ser prestado no âmbito residencial e pela ausência de finalidade lucrativa para o empregador.
- (C) O exercício de função que exige formação específica, ainda que prestada no âmbito residencial, exclui a ocorrência de relação de emprego doméstico.
- (D) Sendo o trabalho prestado no âmbito residencial, a circunstância de o empregador obter lucro por seu intermédio não afasta a ocorrência de relação de emprego doméstico.
- (E) Após a vigência da Carta Constitucional de 1988, são aplicáveis aos empregados domésticos todos os preceitos contidos na Consolidação das Leis do Trabalho, salvo aqueles que conflitem com a legislação específica.

67. Considere as assertivas abaixo a respeito da denúncia justificada do contrato de trabalho promovida pelo empregado.

- I - A caracterização da justa causa do empregador exige que a falta seja grave a ponto de impossibilitar a continuidade do vínculo de emprego.
- II - Exige-se a atualidade da falta do empregador sob pena de configuração de perdão tácito.
- III - Pressupõe a continuidade da prestação de serviços até o reconhecimento judicial da resolução do contrato.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

68. Com relação à equiparação salarial, considere as assertivas abaixo.

- I - Pressupõe o exercício da mesma função, com igual produtividade e perfeição técnica.
- II - É pressuposto da equiparação salarial a não-existência de diferença de tempo de serviço superior a 3 anos na função entre os equiparandos.
- III - É irrelevante a circunstância de que o desnível salarial tenha origem em decisão judicial que beneficiou o paradigma.

Quais são corretas com base na lei e na jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

69. Cinco dias após seu desligamento, Patrícia ajuizou reclamatória contra a empresa para a qual trabalhou durante 2 anos, alegando ter sido despedida quando se encontrava no terceiro mês de gestação. A empregadora contestou o feito aduzindo que desconhecia a gravidez e que a empregada não fora despedida, tendo tão-somente ocorrido o término normal de contrato de trabalho por prazo determinado, pactuado conforme os requisitos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 443 da Consolidação das Leis do Trabalho. Todas as alegações das partes restaram comprovadas, e a sentença foi proferida 2 meses após o ingresso da demanda. Considerando tais fatos, assinale a assertiva correta quanto aos direitos de Patrícia, levando em conta a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho.

- (A) A empregada tem direito à reintegração no emprego tendo em vista que, quando da prolação da sentença, ainda estava em curso a garantia de emprego.
- (B) A empregada tem direito ao pagamento dos salários do período da estabilidade, pois é inviável a reintegração em se tratando de contrato por prazo determinado.
- (C) A empregada não tem direito à garantia de emprego uma vez que ausente a ciência do empregador acerca da gravidez.
- (D) A empregada tem direito ao pagamento dos salários do período, e não à reintegração, pois esta é inviável quando o empregador não tem ciência da gravidez.
- (E) Não há direito da empregada gestante à estabilidade provisória em caso de admissão mediante contrato por prazo determinado.

70. João trabalha para a Metalúrgica do Vale em jornada que se estende das 8h às 12h e das 13h às 18h03min, de segundas a sextas-feiras, cumprindo carga horária semanal de 44 horas em regime de compensação. Diariamente trabalha mais 1 hora além da jornada compensatória. Goza de um intervalo para café de 15 minutos no turno da manhã – além do intervalo de 1 hora para repouso e alimentação. Há previsão em norma coletiva e acordo individual para a compensação de jornadas. Conforme jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, João tem direito ao pagamento

- (A) de adicional de 50% sobre as horas compensadas, das horas excedentes à compensação como horas extras e de mais 15 minutos extras relativos ao intervalo para café.
- (B) das horas excedentes à compensação como horas extras e de mais 15 minutos extras relativos ao intervalo para café.
- (C) de adicional de 50% sobre as horas compensadas e de mais 1 hora extra por dia.
- (D) das horas extras (hora + adicional) excedentes de 8 por dia.
- (E) das horas extras (hora + adicional) excedentes de 8 por dia e do intervalo de 15 minutos para café como hora extra.

71. Considere as assertivas abaixo.

- I - A lei não pode exigir autorização do Estado para fundação de um sindicato, mas o registro de seus atos constitutivos deve ser procedido junto ao Ministério do Trabalho.
- II - A contribuição sindical obrigatória, prevista em lei, não atinge os trabalhadores não associados ao sindicato em respeito ao princípio da liberdade de associação.
- III - O atual modelo da unicidade sindical, adotado pela Constituição Federal, estabelece o monopólio de representação sindical por categoria profissional ou econômica na mesma base territorial.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

72. Com relação aos acordos e convenções coletivas de trabalho, considere as assertivas abaixo.

- I - A convenção coletiva de trabalho tem em seus pólos, necessariamente, entidades sindicais representativas de empregados e de empregadores.
- II - Entram em vigor tão logo assinados pelas partes.
- III - Terão validade de 3 anos na falta de estipulação expressa do prazo de vigência.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

73. Na forma das disposições legais e constitucionais vigentes sobre o direito de greve, considere as assertivas abaixo.

- I - A Constituição Federal não proíbe o exercício do direito de greve em se tratando de serviços e atividades essenciais.
- II - O Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo em caso de greve de qualquer categoria profissional, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.
- III - É assegurado aos grevistas o direito à arrecadação de fundos e à livre divulgação do movimento.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

74. Considere as assertivas abaixo.

- I - Via de regra, o enquadramento sindical da categoria profissional vincula-se à atividade econômica preponderante do empregador.
- II - Em razão da regra da especificidade da representação sindical, poderá haver dissociação de categorias concentradas, formando um sindicato específico.
- III - Categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

75. Considere as assertivas abaixo sobre execução provisória no processo trabalhista.

- I - Proferida a sentença de liquidação, a execução deve ser suspensa até o julgamento do recurso pendente.
- II - De regra, a execução provisória não abrange os atos que importem em alienação de bens penhorados.
- III - Somente é possível o levantamento do depósito em dinheiro se o exequente apresentar caução idônea.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

76. João da Silva ajuizou reclamation contra a empresa HSD Exames e Diagnósticos Ltda., onde trabalha como auxiliar técnico, pleiteando o pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade. Contestada a demanda, o juiz determinou a realização de perícia técnica na sede da empresa, realizada na presença das partes. No laudo juntado aos autos, o perito concluiu que as atividades do reclamante eram insalubres em grau máximo, enquadráveis no Anexo 13 da NR 15 – Agentes Químicos – da Portaria nº 3.214/1970, pela manipulação de mercúrio sem equipamento de proteção individual, e também perigosas, pela exposição a radiações ionizantes, conforme Portaria nº 3.393/1987, se restasse comprovado nos autos que o reclamante operava o aparelho de raio X, diante das informações divergentes sobre tal atividade. No prazo para se manifestarem sobre o laudo, somente a reclamada apresentou impugnação: quanto à insalubridade, insurgiu-se contra o enquadramento legal feito pelo perito, sustentando correto o grau médio e alegando o fornecimento de equipamento de proteção individual que elidia a insalubridade decorrente da manipulação de mercúrio; quanto à periculosidade, reiterou que o reclamante não operava o aparelho de raio X. O reclamante não compareceu à audiência em que deveria depor sob pena de confissão e, mediante requerimento da reclamada, foi declarado presumidamente confesso quanto à matéria de fato. Inquirida pelo juiz, a preposta da reclamada disse que o reclamante não recebia equipamento de proteção individual. Nesse contexto, sobre a confissão ficta do reclamante, é **incorreto** afirmar que

- (A) é um meio de prova a ser avaliado com as demais provas dos autos.
- (B) autoriza presumir verdadeiro que o reclamante não operava o aparelho de raio X para fins de caracterização de periculosidade.
- (C) leva ao acolhimento do adicional de insalubridade no grau médio reconhecido pela reclamada na sua impugnação ao laudo.
- (D) não interfere no fato de que o reclamante manuseava mercúrio, por não se tratar de matéria controvertida.
- (E) não se sobrepõe à confissão real da reclamada quanto ao não-fornecimento de equipamento de proteção individual ao reclamante.

77. Assinale a assertiva **incorreta** sobre preclusão.

- (A) Preclusão é a perda de uma faculdade processual.
- (B) A preclusão lógica decorre da incompatibilidade da prática de um ato processual com relação a outro(s) já praticado(s).
- (C) A preclusão consumativa resulta do não-exercício de uma faculdade processual no prazo determinado.
- (D) O instituto da preclusão se funda, entre outros, nos princípios do impulso processual e da segurança das relações processuais.
- (E) No processo do trabalho, a ausência de impugnação fundamentada da conta de liquidação, com indicação dos itens e valores objeto da discordância, por parte do executado, no prazo de 10 dias dado pelo juiz, importa em preclusão temporal.

78. Considere as assertivas abaixo no âmbito do processo do trabalho.

- I - O termo de conciliação homologado judicialmente vale como decisão irrecorrível, salvo para a Previdência Social, quanto às contribuições que lhe forem devidas.
- II - A conciliação é possível, mesmo após ter sido proferida a sentença de conhecimento, desde que a mesma ainda não tenha transitado em julgado.
- III - A decisão homologatória deve indicar a natureza jurídica da(s) parcela(s) constante(s) do acordo, sendo facultativa a intimação do INSS quando contemplar parcela(s) de natureza indenizatória.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

79. Sobre ação rescisória na Justiça do Trabalho, é correto afirmar que

- (A) seu ajuizamento suspende a execução da sentença rescindenda.
- (B) transcorrido o prazo de 2 anos, contados do trânsito em julgado da decisão, consuma-se a prescrição do direito de ação.
- (C) a petição inicial será indeferida se o autor não efetuar o depósito de 5% sobre o valor da causa.
- (D) tem legitimidade para ajuizá-la apenas quem tiver sido parte no processo.
- (E) é indispensável, para caracterização do erro de fato, que não tenha havido controvérsia nem pronunciamento judicial sobre o fato.

80. Considere as assertivas abaixo sobre exceção de pré-executividade.

- I - Trata-se de instituto sem previsão legal específica, que tem sido aceito por parte expressiva da jurisprudência, em hipóteses restritas, como um meio de defesa do executado.
- II - É cabível sua interposição pelo executado antes da garantia do juízo por penhora ou depósito judicial do valor da dívida, para extinguir execução viciada ou fundada em título executivo inexistente.
- III - Não tem a finalidade de substituir os embargos à execução, não comportando a mesma amplitude de matérias de mérito ou que demandem dilação probatória.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

81. Assinale a assertiva **incorreta** sobre presunção relativa na produção e avaliação da prova de acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho.

- (A) Presumem-se verdadeiras as anotações lançadas pelo empregador na carteira profissional do empregado.
- (B) O pagamento de gratificação equivalente a 1/3 do salário do cargo efetivo faz presumir o exercício de cargo de confiança bancário.
- (C) Presume-se recebida a notificação 48 horas após sua postagem, incumbindo ao destinatário fazer prova do não-recebimento.
- (D) Presume-se o abandono de emprego se o trabalhador não retornar ao serviço no prazo de 30 dias após a cessação do benefício previdenciário, sem apresentar justificativa.
- (E) A não-apresentação injustificada dos registros de jornada pelo empregador que tem mais de 10 empregados faz presumir verdadeira a jornada de trabalho alegada pelo empregado.

82. Considere as assertivas abaixo sobre nulidade processual.

- I - A não-intimação do Ministério Público do Trabalho para acompanhar processo em que sua intervenção é obrigatória acarreta a nulidade do feito a partir do momento em que o órgão deveria ter sido intimado.
- II - Anulado o ato processual, ficam sem nenhum efeito todos os atos subseqüentes, sejam ou não dele dependentes.
- III - A nulidade não será pronunciada quando argüida por quem lhe tiver dado causa.

Quais são corretas no âmbito do processo do trabalho?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

83. Sobre o sistema recursal trabalhista, considerando a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a assertiva correta.

- (A) A oposição de embargos de declaração interrompe o prazo recursal apenas para a parte embargante.
- (B) Não cabe recurso imediato contra decisão que acolhe exceção de incompetência, mesmo se acarretar a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado.
- (C) Não se admite a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias no recurso da decisão definitiva.
- (D) A interposição de agravo de instrumento contra despacho que não receber agravo de petição suspende a execução da sentença.
- (E) A delimitação justificada das matérias e dos valores impugnados é pressuposto objetivo de admissibilidade do agravo de petição.

84. No processo do trabalho, são recebidas com suspensão do feito

- (A) alegações de coisa julgada, litispendência e conexão.
- (B) prefaciais de prescrição e decadência.
- (C) exceções de suspeição e incompetência.
- (D) preliminares de carência de ação e inépcia da inicial.
- (E) inexistência ou nulidade da notificação inicial.

85. Não se insere na competência do Ministério Público do Trabalho

- (A) a instauração de instância em caso de greve, quando o interesse público assim o exigir.
- (B) o ajuizamento de ação civil pública para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais previstos na Constituição Federal.
- (C) o pedido de revisão das Súmulas de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria trabalhista.
- (D) a propositura das ações necessárias à defesa dos direitos e interesses dos menores decorrentes das relações de trabalho.
- (E) o exercício da arbitragem nos dissídios de competência da Justiça do Trabalho mediante solicitação das partes.

86. Assinale a assertiva **incorreta** sobre custas no processo do trabalho.

- (A) O recolhimento prévio das custas do processo de execução não é pressuposto extrínseco de admissibilidade do agravo de petição.
- (B) Quando houver acordo, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes, se outra forma não for convencionada.
- (C) O sindicato interveniente responderá solidariamente pelas custas quando o empregado não tiver obtido o benefício da justiça gratuita ou a isenção de custas.
- (D) O juiz pode conceder de ofício o benefício da justiça gratuita para dispensa das custas processuais a quem declarar, sob as penas da lei, que não tem condições de pagá-las sem prejuízo do sustento próprio ou familiar.
- (E) As entidades fiscalizadoras do exercício profissional são isentas do pagamento das custas processuais.

87. Considere as assertivas abaixo.

- I - Na hipótese de sucessão de empresas após a sentença de conhecimento, a sucessora é parte legítima para responder pela execução.
- II - O exequente pode pedir a penhora dos bens de qualquer dos devedores condenados solidariamente, sem que possa ser invocado benefício de ordem em relação ao empregador.
- III - O tomador de serviços responde subsidiariamente pela execução, ainda que não tenha participado da fase de conhecimento.

Quais são corretas no âmbito do processo do trabalho?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

88. Assinale a assertiva **incorreta** a respeito das regras de competência em razão do lugar no processo do trabalho.

- (A) A regra geral estabelece que a competência é determinada pelo local da prestação de serviços.
- (B) A competência das varas do trabalho estabelecida na Consolidação das Leis do Trabalho estende-se aos dissídios ocorridos em agência ou filial no estrangeiro desde que o empregado seja brasileiro e não haja convenção internacional dispondo em sentido contrário.
- (C) Quando for parte no dissídio agente ou viajante comercial, na falta de agência ou filial a que esteja subordinado o empregado, a competência será estabelecida pelo domicílio do empregador.
- (D) Se o empregador promover atividades fora do local da celebração do contrato de trabalho, o empregado pode optar por propor a reclamação no local da prestação de serviços ou no da celebração do contrato.
- (E) Quando o empregado houver prestado serviços em diversas localidades, poderá ajuizar a reclamação no foro de qualquer uma delas.

89. Maria ajuizou reclamação trabalhista contra Comercial de Frutas Ltda., postulando o pagamento das verbas rescisórias, sob alegação de ter sido despedida sem justa causa. Ainda, afirmou cumprir jornada de trabalho que se estendia das 8h às 12h e das 14h às 18h, de segundas a sextas-feiras, e das 8h às 12h e das 14h às 17h, aos sábados. A demandada, por sua vez, contestou o pedido, aduzindo que a empregada pediu demissão do emprego, razão pela qual não faz jus às verbas rescisórias postuladas, mas apenas ao saldo de salários, que foi corretamente pago. Quanto à jornada de trabalho, impugnou parcialmente as alegações da autora, esclarecendo que aos sábados o trabalho se desenvolvia das 8h às 12h. O contrato de trabalho vigorou de 12/01/2005 a 30/11/2005. A instrução limitou-se à oitiva de duas testemunhas – uma de cada parte –, que afirmaram que eram as únicas empregadas do estabelecimento além da autora. Elas não souberam informar sobre a jornada do sábado, pois não trabalhavam nesse dia, nem acerca do término do contrato de trabalho, uma vez que se desligaram da empresa antes da autora. Considerando o ônus da prova de cada uma das partes, Maria tem direito ao pagamento de

- (A) aviso prévio de 30 dias, décimo terceiro salário integral do ano de 2005 e um período de férias com acréscimo de 1/3.
- (B) décimo terceiro salário do ano de 2005 e férias proporcionais de 11/12.
- (C) décimo terceiro salário integral do ano de 2005 e 3 horas extras por semana com acréscimo de 50%.
- (D) aviso prévio de 30 dias, décimo terceiro salário integral do ano de 2005 e férias proporcionais de 11/12 com acréscimo de 1/3.
- (E) décimo terceiro salário proporcional de 11/12, férias proporcionais de 11/12 com acréscimo de 1/3 e 3 horas extras semanais com acréscimo de 50%.

90. Considere as assertivas abaixo a respeito da sentença de liquidação no processo do trabalho.

- I - Pode ser atacada pelo exequente a qualquer tempo e pelo executado após a garantia do juízo.
- II - Não é passível de impugnação direta via agravo de petição.
- III - O recurso cabível da decisão que não recebe a impugnação à sentença de liquidação é o agravo de instrumento.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

91. Assinale a assertiva **incorreta** com relação à apresentação das partes em audiência no processo do trabalho, levando em conta o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho.

- (A) Ainda que injustificadamente ausente a demandada à audiência em que deveria apresentar defesa, o comparecimento do advogado munido de procuração traduz ânimo de defesa e impede a decretação da revelia.
- (B) Se o empregado não puder comparecer à audiência por motivo de doença devidamente comprovada, poderá fazer-se representar pelo sindicato da categoria profissional.
- (C) Exceto quanto à reclamação de empregado doméstico, o preposto deve ser necessariamente empregado do reclamado.
- (D) O sindicato pode representar os empregados em reclamatórias plúrimas ou ações de cumprimento.
- (E) A revelia pode ser elidida mediante apresentação de atestado médico que mencione a incapacidade de locomoção do empregador ou de seu preposto.

92. Considere as circunstâncias propostas abaixo.

- I - O desconhecimento da lei.
- II - A prática do crime no cumprimento de ordem de autoridade superior.
- III - A prática do crime sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima.

Quais delas constituem circunstâncias atenuantes de acordo com o Código Penal?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

93. Sobre o crime de abuso de autoridade, considere as assertivas abaixo.

- I - Constitui abuso de autoridade o atentado ao sigilo de correspondência, à liberdade de consciência ou de crença, ao livre exercício de culto religioso e ao direito de reunião.
- II - Constitui abuso de autoridade ordenar a privação da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder.
- III - O agente público condenado por abuso de autoridade está sujeito a perder o cargo e a ficar inabilitado para outra função pública pelo prazo de 3 anos.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

94. Constitui crime em tese

- (A) deixar o empregador de promover o recolhimento de contribuições previdenciárias patronais.
- (B) fazer o empregador apologia perante o empregado, a fim de que este não participe de determinado sindicato ou associação profissional.
- (C) obrigar alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida.
- (D) deixar o empregador de efetuar o pagamento dos salários na data de seu vencimento.
- (E) dar causa à instauração de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe infração administrativa de que o sabe inocente.

95. Empregado de empresa privada, necessitando de recursos para atender a despesas extraordinárias, solicitou a seu empregador a rescisão do contrato de trabalho sob fundamento de despedida sem justa causa, ajustando ambos a recontração imediata do empregado, o levantamento do FGTS depositado e a devolução, pelo empregado, da indenização compensatória de 40% sobre o saldo existente na conta vinculada. Ajustaram, ainda, que a formalização do novo contrato de trabalho se daria apenas quando já recebidas, na sua integralidade, as parcelas do seguro-desemprego, o que foi executado pelas partes. A conduta do empregado, em tese, configura

- (A) apropriação indébita previdenciária.
- (B) estelionato em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.
- (C) frustração de direito assegurado na legislação trabalhista.
- (D) favorecimento pessoal.
- (E) favorecimento real.

96. Considere as assertivas abaixo acerca do seguro-desemprego.

- I - É pressuposto para a concessão do benefício a percepção de salários de pessoa física ou jurídica durante pelo menos 12 dos últimos 24 meses.
- II - Para ter direito ao seguro-desemprego, o trabalhador não pode possuir renda própria de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família.
- III - O gozo de qualquer benefício previdenciário exclui o direito à percepção do seguro-desemprego.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

97. Considere as assertivas abaixo com relação ao auxílio-acidente.

- I - O benefício será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
- II - Sua percepção não pode ser acumulada com o recebimento de qualquer outro benefício previdenciário.
- III - Será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

98. Assinale a alternativa que contém eventos equiparáveis a acidente do trabalho nos termos da lei.

- (A) Doença profissional, doença decorrente de contaminação acidental do segurado no exercício de sua atividade e acidente sofrido pelo segurado fora do local de trabalho na prestação espontânea de qualquer serviço em proveito da empresa.
- (B) Doença do trabalho, doença degenerativa e acidente sofrido nos períodos destinados a refeição ou descanso ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas no local do trabalho ou durante este.
- (C) Doença profissional, acidente sofrido pelo segurado no local de trabalho ou fora dele em consequência de ofensa física intencional decorrente de disputa relacionada ao trabalho e acidente sofrido pelo segurado no percurso de ida e volta do trabalho.
- (D) Doença profissional, doença do trabalho e doença inerente a grupo etário.
- (E) Acidente ocorrido no percurso de ida e volta do trabalho, doenças de qualquer natureza adquiridas enquanto em curso a relação de emprego e acidente sofrido pelo segurado fora do local de trabalho na execução de serviço da empresa.

99. Relativamente à vigência e à aplicação dos tratados e convenções internacionais no ordenamento jurídico brasileiro, considere as assertivas abaixo.

- I - A Constituição Federal não consagrou, em tema de tratados de integração, nem o princípio do efeito direto nem o postulado da aplicabilidade imediata.
- II - Compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados e convenções internacionais e promulgá-los após a aprovação pelo Congresso Nacional.
- III - Para que as convenções da Organização Internacional do Trabalho vinculem e obriguem no âmbito do direito interno, basta a ratificação tácita do Governo brasileiro.

Quais são corretas conforme jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas I e II
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

100. Relativamente às convenções da Organização Internacional do Trabalho que dispõem sobre a proteção da criança e do adolescente, considere as assertivas abaixo.

- I - A parte que invocar os dispositivos da Convenção nº 138 sobre a idade mínima de admissão ao emprego deve fazer prova da sua incorporação formal ao direito brasileiro e do seu conteúdo.
- II - Nos termos da Convenção nº 138, a idade mínima para qualquer trabalho infantil não será inferior à idade de conclusão da escolaridade obrigatória, observado o limite mínimo de 15 anos.
- III - Para fins da Convenção nº 182, sobre as piores formas de trabalho infantil, considera-se criança a pessoa que não tenha alcançado um nível de pleno desenvolvimento físico e mental.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 4ª REGIÃO
CONCURSO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO – 2006
PROVA DA 1ª FASE – 2ª ETAPA – 21/01/2007

GABARITO OFICIAL

Questão	Resposta	Questão	Resposta
51	B	76	C
52	D	77	C
53	C	78	A
54	D	79	E
55	A	80	E
56	D	81	B
57	B	82	D
58	C	83	E
59	E	84	C
60	E	85	C
61	B	86	E
62	E	87	D
63	C	88	C
64	D	89	A
65	A	90	B
66	B	91	A
67	D	92	E
68	D	93	E
69	E	94	C
70	A	95	B
71	D	96	B
72	A	97	D
73	D	98	A
74	E	99	C
75	B	100	B